



## **AS ENTIDADES REPRESENTATIVAS ENQUANTO ESTRATÉGIAS POLÍTICO-ORGANIZATIVAS DOS ASSISTENTES SOCIAIS – UM RESGATE HISTÓRICO**

### ***REPRESENTATIVE ENTITIES AS POLITICAL-ORGANIZATIONAL STRATEGIES OF SOCIAL WORKS - A HISTORICAL RESCUE***

Luciana Gonçalves Pereira de Paula<sup>1</sup>

#### **Resumo**

Esse artigo tem por objetivo apresentar a história de constituição das três principais entidades representativas dos/as assistentes sociais (e estudantes de Serviço Social), as quais sejam: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (juntamente com os Conselhos Regionais de Serviço Social) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO. O presente estudo consiste em uma revisão de literatura, utilizando como metodologia o levantamento bibliográfico. Considerando a existência de vários projetos profissionais em disputa no campo do Serviço Social, os espaços dessas entidades representativas são estrategicamente disputados e ocupados. Eles representam lugar de defesa e disseminação de valores, princípios e diretrizes que tem incidência, não apenas junto à categoria profissional dos/as assistentes sociais, mas perante o conjunto da sociedade. Por isso, faz-se necessário que nossa categoria profissional conheça a trajetória de lutas que permitiu a consolidação desses espaços e os fortaleça, ampliando cada vez mais o seu envolvimento e a sua participação nessas esferas.

---

<sup>1</sup>Mestrado em Serviço Social pela UFRN **Autora para correspondência.** E-mail<[aparecida.medeiros@saude.gov.br](mailto:aparecida.medeiros@saude.gov.br)>.

PAULA; L. G. A.

As entidades representativas enquanto estratégias político-organizativas dos assistentes sociais – um resgate histórico

**Palavras-chave:** Iluminismo; Modernidade; Pensamento conservador; Pós-modernidade.

### **Abstract**

This article aims to present the history of the constitution of the three main representative entities of social workers (and students of Social Work), which are: Brazilian Association of Teaching and Research in Social Work - ABEPSS, Federal Council of Social Work - CFESS (together with the Regional Councils of Social Work) and National Executive of Students of Social Work - ENESSO. The present study consists of a review of the literature, using as methodology the bibliographic survey. Considering the existence of several professional projects in dispute in the field of Social Work, the spaces of these representative entities are strategically disputed and occupied. They represent a place of defense and dissemination of values, principles and guidelines that have an impact not only on the professional category of social workers but also on society as a whole. Therefore, it is necessary that our professional category knows the path of struggles that allowed the consolidation of these spaces and strengthens them, increasing more and more their involvement and participation in these spheres.

**Keywords:** Social Work; Social Worker; Political organization; Strategies.

## **INTRODUÇÃO**

O processo de organização política da categoria profissional do Serviço Social acontece desde o surgimento da profissão, na década de 1930. Esse processo organizativo sempre se constituiu em defesa de determinados interesses de classe e em articulação com diferentes projetos societários. Dentre as várias estratégias político-organizativas desenvolvidas pelos/as assistentes sociais destacaremos, nesse artigo, a constituição e ocupação de entidades representativas da categoria profissional – tanto entre os/as assistentes sociais, quanto juntos aos estudantes.

Essas estratégias político-organizativas conformam um rol de ações desenvolvidas pelos/as assistentes sociais que ocupam lugares nas entidades representativas da categoria profissional em defesa de variados projetos profissionais. Essas estratégias, por vezes, influenciam e/ou direcionam os rumos do Serviço Social no Brasil. Por isso, faz-se necessário refletir sobre elas.

PAULA; L. G. A.

As entidades representativas enquanto estratégias político-organizativas dos assistentes sociais – um resgate histórico

Desse modo, o presente artigo, consiste em uma revisão de literatura, utilizando como metodologia o levantamento bibliográfico que buscou realizar um mapeamento da trajetória histórica de constituição das três principais entidades representativas dos/as assistentes sociais (e estudantes de Serviço Social), as quais sejam: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO<sup>2</sup>.

A reflexão teórica que se constrói a partir desse levantamento nos indica a relevância dessa história para o próprio desenvolvimento do Serviço Social. Especialmente, em tempos de acirramento das contradições inerentes à sociedade regida pelo capital, de avanço do neoliberalismo, de ataques aos/às trabalhadores/as e de completa barbarização da vida, os espaços político-organizativos, quando sintonizados aos interesses históricos da classe trabalhadora, configuram-se como importantes trincheiras de resistência e luta.

## A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS POLÍTICO-ORGANIZATIVAS NO CAMPO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL – A TRAJETÓRIA DA ABEPSS

Essas entidades representativas, no Serviço Social, foram construídas historicamente ao longo da trajetória de desenvolvimento da própria profissão. O processo de constituição dessas entidades e todas as alterações que elas já sofreram articulam-se aos momentos, aos acontecimentos e aos direcionamentos sócio-políticos que foram delineando a história da própria sociedade brasileira. Portanto, o próprio movimento de conformação desses espaços políticos é fruto do processo de organização dos/as assistentes sociais em meio a determinadas conjunturas.

No Brasil, desde o surgimento da profissão, na década de 1930, até meados dos anos de 1960, os/as assistentes sociais organizaram-se politicamente em

---

<sup>2</sup> O presente artigo foi extraído da tese de doutorado apresentada pela autora ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sofrendo as necessárias alterações e adaptações para a submissão.

PAULA; L. G. A.

As entidades representativas enquanto estratégias político-organizativas dos assistentes sociais – um resgate histórico

articulação com o Bloco Católico, mais especificamente com os movimentos de Ação Social e de Ação Católica (SILVA, 2013). Esses movimentos que se configuraram em atividades político-religiosas organizadas e estimuladas pela Igreja Católica compuseram o que Iamamoto e Carvalho (2003) chamam de “reação católica”.

Portanto, nos primórdios de nossa profissão, as articulações políticas dos/as assistentes sociais eram moldadas pela Igreja Católica. As primeiras escolas de Serviço Social, no Brasil, surgiram vinculadas à Igreja Católica, seguindo o modelo da escola chilena Elvira Matte de Cruchaga. Essa escola – filiada à União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS), com sede em Bruxelas, desde o seu surgimento, em 1929 – tornou-se, em 1938, um centro secretariado da UCISS na América Latina (CASTRO, 2006). Portanto, o Serviço Social, no Brasil, assim como em outros países latino-americanos, possui a sua organização ídeo-política inicialmente determinada pelas influências internacionais da UCISS.

Todo esse movimento católico deu o tom da organização política e ideológica do Serviço Social brasileiro até meados dos anos de 1960. No entanto, à inicial influência europeia, somou-se, a partir da década de 1940, a grande influência norte-americana na dinâmica de organização dos/as assistentes sociais brasileiros. Esse processo foi marcado, inicialmente, pela realização do Congresso Interamericano de Serviço Social, realizado em 1941, nos Estados Unidos da América – EUA.

Essas influências, tanto europeias, quanto norte-americanas, moldaram os direcionamentos político-ideológicos das entidades político-organizativas que foram se constituindo no Serviço Social brasileiro. A primeira delas refere-se ao Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS – criado através do Decreto-lei nº 525, de 01/07/1938, sob a vigência do Estado Novo.

Os efeitos práticos desse decreto-lei foram, no entanto, muito restritos. O Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS – tampouco chegou a ser um organismo atuante. Caracterizou-se mais pela manipulação de verbas e subvenções, como mecanismo de clientelismo político. Sua importância se revela apenas como organização das obras assistenciais públicas e privadas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003, p. 250).

Faz-se necessário ressaltar que a própria natureza da criação do CNSS demonstra que ele não se constituía enquanto uma entidade representativa da

As entidades representativas enquanto estratégias político-organizativas dos assistentes sociais – um resgate histórico

categoria profissional. Ele não foi criado pelos/as próprios/as assistentes sociais, mas pelo Estado através de um decreto-lei. E não possuía o objetivo de organizar politicamente os/as assistentes sociais e sim de estruturar a assistência social que começava a ser sistematicamente pensada em nosso país. Entretanto, o CNSS falhou inclusive nessa tarefa que acabou ficando a cargo da Legião Brasileira de Assistência – LBA<sup>3</sup>.

Desse modo, o real processo de organização política da categoria profissional, no Brasil, começou a ser construído através da realização dos primeiros congressos não só brasileiros como latino-americanos. Os Congressos Pan-Americanos e Brasileiros de Serviço Social, que aconteceram no decorrer dos anos de 1940, demarcaram o caráter assistencial, autoritário e paternalista que configurava nossa profissão. E explicitavam um projeto de profissão voltado para o atendimento das demandas e dos interesses da classe dominante.

Logo após o primeiro Congresso Pan-Americano, mais precisamente no ano de 1946, foi criada a ABAS – Associação Brasileira de Assistência Social – enquanto uma entidade sócio cultural para assistentes sociais. E no ano seguinte, em 1947, temos a elaboração do primeiro Código de Ética do Serviço Social que foi aprovado em assembleia geral da ABAS no dia 29 de setembro (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003).

Também na década de 1940, mais especificamente em 10 de outubro do ano de 1946 – uma década depois da criação da primeira Escola de Serviço Social de São Paulo – foi criada a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social – ABESS<sup>4</sup>. A ABESS foi fundada por um grupo de assistentes sociais que pertencia às escolas pioneiras de Serviço Social no Brasil, com o intuito de elaborar uma política

---

<sup>3</sup> “A primeira grande instituição nacional de assistência social, a Legião Brasileira de Assistência, é organizada em sequência ao engajamento do país na Segunda Guerra Mundial. Seu objetivo declarado será o de prover as necessidades das famílias cujos chefes hajam sido mobilizados, e, ainda, prestar decidido concurso ao governo em tudo que se relaciona ao esforço de guerra. Surge a partir de iniciativa de particulares logo encampada e financiada pelo governo, contando também com o patrocínio das grandes corporações patronais (Confederação Nacional da Indústria e Associação Comercial do Brasil) e o concurso das senhoras da sociedade” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003, p. 250 e 251).

<sup>4</sup> A ABESS “desde seu nascimento encaminhou-se no sentido da articulação com outros países da América Latina, através do Secretariado Latino Americano da União Católica Internacional de Serviço Social” (MENDES *et al*, 2013, p. 06).

PAULA; L. G. A.

As entidades representativas enquanto estratégias político-organizativas dos assistentes sociais – um resgate histórico

de formação para a categoria profissional, promovendo um padrão mínimo de ensino (OLIVEIRA, 2011).

Através dos esforços da ABESS e da ABAS, no ano de 1954 o Decreto nº 35.311, de 08 de abril regulamentou a Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953, que dispunha sobre os objetivos do ensino em Serviço Social. Essa lei indicava a estruturação dos cursos de graduação, as prerrogativas dos portadores de diplomas de assistentes sociais e determinava a exigência de um currículo mínimo para os cursos de Serviço Social.

Ainda no mesmo ano, em 1954, foi criada a Associação Profissional de Assistentes Sociais – APAS – com a finalidade de promover a profissão e defender os interesses da categoria profissional. A APAS, em 1956, transformou-se no primeiro sindicato de assistentes sociais. Assim, a ABAS, a APAS e ABESS constituíram as primeiras entidades organizativas de nossa categoria profissional.

A ABESS permaneceu com essa denominação até 1973, quando em uma convenção realizada em São Luís/MA passou a ser denominada de Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, permanecendo, entretanto, com a mesma sigla. Até esse ano, a ABESS configurava-se numa instituição fechada da qual participavam somente diretores das escolas de Serviço Social. A mudança do nome que ocorreu no ano de 1973 representou o processo de democratização pelo qual essa entidade começou a passar na década de 1970. E esse processo refletia as disputas ídeo-políticas que estavam na ordem do dia nesse momento histórico.

Na convenção de São Luís/MA, em 1973, a professora Leila Lima Santos apresentou o “Método BH” – a proposta que estava sendo realizada na PUC-BH como uma experiência inspirada pelo Movimento de Reconceituação<sup>5</sup> do Serviço Social (CFESS, 2012). Esse evento foi marcado pela explícita disputa entre dois projetos profissionais que foram apresentados aos/às assistentes sociais.

Desse modo, segundo Mendes *et al* (2013, p. 06),

---

<sup>5</sup> O Movimento de Reconceituação constituiu-se enquanto uma indagação global sobre todos os componentes e todas as dimensões do Serviço Social. Segundo Netto (2005), ele não teve mais do que uma década de existência – de 1965 a 1975 –, mas seus reflexos provocaram erosões irreversíveis nas bases de cunho tradicional do Serviço Social.

PAULA; L. G. A.

As entidades representativas enquanto estratégias político-organizativas dos assistentes sociais – um resgate histórico

(...) na década de 1970, apesar da repressão dos regimes ditatoriais presentes em praticamente toda América Latina, o Serviço Social vive um período de grande efervescência política e intelectual. Nesse contexto, a ABESS mais uma vez protagoniza o debate sobre a formação do assistente social no Brasil, vinculando-o ao debate da conjuntura da sociedade brasileira sob uma perspectiva crítica embasada na teoria social marxiana.

Os dois projetos de profissão - “(...) o projeto conservador que defendia a neutralidade científica e o projeto crítico comprometidos com as lutas dos/as trabalhadores/as” (CFESS, 2012, p. 97) – ficaram ainda mais claros na convenção da ABESS realizada em 1976, em Piracicaba/SP. Nesse evento deu-se início ao processo de revisão dos currículos das escolas de Serviço Social. A proposta de formação profissional elaborada com a colaboração da professora Leila Lima Santos, em 1976, foi aprovada na convenção seguinte que se realizou em 1979, na cidade de Natal/RN (SANTOS, 2013). Esse novo currículo foi posteriormente aprovado pelo MEC, em 1982.

De acordo com Ramos (2012, p. 02),

(...) o currículo mínimo de 1982 significou, no âmbito da formação, a afirmação de uma nova direção social hegemônica no seio acadêmico-profissional, o que se consolidou com a elaboração das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, aprovada pela categoria em 1996 e aprimorada pela Comissão de Especialistas em documento de 1999.

A ABESS conseguiu consolidar seu processo de democratização a partir do “Congresso da Virada”, em 1979 e da convenção que ocorreu em 1981, em Vitória/ES. “Nessa convenção, dá-se a democratização da entidade, com aprovação de um novo estatuto, com composição paritária entre os docentes, discentes e participação efetiva dos/as supervisores/as de campo” (CFESS, 2012, p. 98).

Em meio aos eventos realizados na década de 1980, surgiu uma polêmica em relação à pós-graduação. Um grupo de professores/as, vinculados aos programas de pós-graduação em Serviço Social, começou a se mobilizar e defender a criação de uma Associação Nacional de Pós-Graduação que fosse desvinculada da ABESS. Os/as docentes que estavam, naquele momento, participando do processo de reconstrução da entidade eram contrários a essa proposta, pois defendiam a articulação entre a graduação e a pós-graduação. Nesse sentido, “a construção do

PAULA; L. G. A.

As entidades representativas enquanto estratégias político-organizativas dos assistentes sociais – um resgate histórico

Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social (CEDEPSS) foi a estratégia encontrada para assegurar a unidade na formação e não viabilizar a criação de uma outra entidade” (BRAVO, 2009, p. 692).

No período de 1993 a 1996, a ABESS foi responsável por um amplo movimento, em meio à nossa categoria profissional, que articulou um número significativo de unidades de ensino<sup>6</sup> – contando com a participação de docentes, discentes e supervisores de estágio – em torno da proposta de elaborar novas diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social<sup>7</sup> (BRAVO, 2009). E de acordo com Bravo (2009, p. 697),

Esta teria por finalidade aprofundar a direção social estratégica e os fundamentos do currículo mínimo de 1982, visando superar a defasagem teórico-metodológica e as fragilidades operativas da formação. Nesse sentido, foi considerado fundamental a aproximação do Serviço Social ao movimento da realidade concreta, tendo como exigência transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade.

O documento que foi elaborado a partir das discussões realizadas, apresentava um novo Projeto de Formação Profissional para o Serviço Social e foi divulgado para a categoria na XXIX Convenção Nacional da ABESS, realizada em 1995, na cidade de Recife/PE. A proposta desse documento era subsidiar os debates que seriam realizados nessa convenção na intenção de elaborar um documento final. Essa proposta final, por sua vez, foi aprovada na assembléia geral da ABESS, realizada no Rio de Janeiro, em 1996, após o Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social – ENPESS.

Desse modo,

---

<sup>6</sup> “A entidade promoveu e coordenou a avaliação da formação profissional envolvendo as unidades de formação acadêmica de Serviço Social do país. Um exemplo da sua atuação foi a realização, entre 1994 e 1996, de aproximadamente 200 oficinas locais, 25 oficinas regionais e 2 oficinas nacionais para discutir/elaborar a nova proposta curricular” (RAMOS, 2012, p. 03).

<sup>7</sup> “A nova proposta curricular apresenta como aspectos centrais: considerar a questão social como foco central da formação profissional; acompanhar os processos que produzem e reproduzem a questão social, ou seja, apreender a dinâmica da vida social sob a ótica da totalidade, identificando suas várias dimensões. Ressalta a necessidade de pesquisar a realidade e a importância de prevenir-se das armadilhas do teorismo, militância e tecnicismo, ou seja, não visualizar os três elementos necessários à formação e à prática profissional de forma isolada, e sim articulada. Propõe organizar os conteúdos na lógica curricular em três núcleos de fundamentação: sobre o ser social, sobre a realidade brasileira e sobre o trabalho profissional” (BRAVO, 2009, p. 697).



As entidades representativas enquanto estratégias político-organizativas dos assistentes sociais – um resgate histórico

A elaboração das diretrizes teve na ABESS um protagonismo incontestável. A proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social foi, portanto, um produto coletivo, construído pelos (as) assistentes sociais brasileiros, a partir de 1993, ano no qual a XXVIII Convenção Nacional da ABESS deliberou os encaminhamentos da revisão do Currículo Mínimo vigente desde 1982 (RAMOS, 2012, p. 03).

No ano de 1998, a entidade passou por mais uma importante reestruturação: o CEDEPSS foi incorporado à ABESS que passou a chamar-se Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS<sup>8</sup>. Segundo Mendes *et al* (2013) a fusão entre a ABESS e o CEDEPSS constituiu-se numa importante estratégia político-organizativa na defesa da indissociabilidade entre produção de conhecimento, formação e exercício profissional, assim como entre graduação e pós-graduação.

Em assembleia realizada no mesmo ano, a entidade, então alterou seus estatutos e passou a organizar-se como organismo acadêmico-político e associação científica (BRAVO, 2009). Nas palavras de Ramos (2012, p. 02), a mudança no nome e na organização da entidade significou uma grande conquista

(...) justificada em função da defesa dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação, aliada à necessidade da explicitação da natureza científica da entidade, bem como a urgência da organicidade da pesquisa em seu interior.

Desde então, os principais desafios permanentes da ABEPSS têm sido: acompanhar a implementação das Diretrizes Curriculares; pensar processos de capacitação permanente para os/as assistentes sociais, inclusive docentes; realizar eventos nacionais e regionais como espaços de articulação entre os/as assistentes sociais; promover articulação político-acadêmica internacional, especialmente com a América Latina; lutar contra a lógica neoliberal de mercantilização do ensino em defesa do nosso projeto de formação profissional; entre tantos outros.

---

<sup>8</sup> “A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) é uma entidade civil de natureza científica, de âmbito nacional, sem fins lucrativos. É constituída por Unidades de Ensino de Serviço Social do setor público e privado, por sócios institucionais colaboradores e por sócios individuais. Tem como missão estimular e incentivar a pesquisa em Serviço Social, formular e implementar uma política de formação profissional que expresse a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, articulando a graduação e a pós-graduação” (MENDES *et al*, 2013, p. 03).

PAULA; L. G. A.

As entidades representativas enquanto estratégias político-organizativas dos assistentes sociais – um resgate histórico

Junto à ABEPSS, somam-se nessa luta outras duas entidades historicamente representativas no âmbito da categoria profissional dos/as assistentes sociais: o CFESS – Conselho Federal de Serviço Social – em conjunto com os CRESS – Conselhos Regionais de Serviço Social – e a ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social. Essas entidades serão foco de nossa análise nos itens que se seguem.

## A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS POLÍTICO-ORGANIZATIVAS NO ÂMBITO DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL – A TRAJETÓRIA DO CONJUNTO CFESS/CRESS

O chamado “conjunto CFESS/CRESS” é composto pelo Conselho Federal de Serviço Social junto com os Conselhos Regionais de Serviço Social. Esse conjunto de entidades também foi sendo construído ao longo da trajetória sócio histórica de nossa profissão e em intensa articulação com as conjunturas sócio políticas que se desenvolveram em nosso país.

O CFESS “é uma autarquia pública federal que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS)” (CFESS, 2013, p. 01).

A entidade foi criada na década de 1950, quando o Estado promoveu a regulamentação das profissões liberais. O Serviço Social foi uma das primeiras profissões da área social a ter sua regulamentação profissional através da Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, e do Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962<sup>9</sup>. “Foi esse decreto que determinou, em seu artigo 6º, que a disciplina e fiscalização do exercício profissional caberiam ao Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e aos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS)” (CFESS, 2013, p. 01).

Assim, foram criados o CFAS e os CRAS, com um caráter corporativo e uma atuação controladora e burocrática. Surgiram como entidades sem autonomia “(...) para exercerem o controle político do Estado sobre os profissionais, num contexto

---

<sup>9</sup> A data de 15 de maio ficou instituída como o dia nacional do/a assistente social e passou a ser comemorada anualmente pela categoria profissional (CFESS, 2013).

PAULA; L. G. A.

As entidades representativas enquanto estratégias político-organizativas dos assistentes sociais – um resgate histórico

de forte regulação estatal sobre o exercício do trabalho” (CFESS, 2013, p. 01). Portanto, ao longo das duas primeiras décadas de existência o conjunto CFAS/CRAS foi marcado por uma concepção conservadora – que era também hegemônica no próprio Serviço Social.

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, além dos congressos brasileiros organizados pelos CFAS/CRAS<sup>10</sup>, aconteceram também encontros nacionais de entidades sindicais de nossa categoria profissional e seminários latino-americanos de Serviço Social. Esses últimos foram espaços articuladores fundamentais para o Movimento de Reconceituação que ocorreu inicialmente nos países do Cone Sul – Brasil, Argentina, Chile e Uruguai – alastrando-se posteriormente para outros países latino-americanos. Segundo Bravo (2009, p. 681, nota 4),

O movimento tem seu desenvolvimento no I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social realizado em Porto Alegre/Brasil, em maio de 1965 com a participação de representantes do Brasil, Argentina e Uruguai. Os demais seminários vão acontecer no Uruguai, em 1966; na Argentina, em 1967; no Chile, em 1969; na Bolívia, em 1970; no Equador, em 1971, e novamente em Porto Alegre, em 1972.

Em meio a esses seminários, destacam-se a criação de duas entidades que desempenharam papéis fundamentais na articulação e na organização latino-americana do Serviço Social. São elas: a Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social – ALAETS – criada em 1965; e o Centro Latino-Americano de Trabalho Social – CELATS – criado em 1972.

A ALAETS possuía “(...) a finalidade de estimular e coordenar o debate na região, a partir de uma organização político-profissional a ser desenvolvida em cada país, em articulação com a sociedade civil” (BRAVO, 2009, p. 682). Já o CELATS foi criado como um órgão acadêmico da ALAETS “(...) com a finalidade de contribuir com as debilidades identificadas e desenvolvimento de temáticas consideradas centrais para o Serviço Social no subcontinente: investigação, capacitação, comunicação e modelos práticos” (BRAVO, 2009, p. 682).

---

<sup>10</sup> O primeiro Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais promovido pelo conjunto CFAS/CRAS aconteceu no Rio de Janeiro/RJ, em 12 de maio de 1974. Dois anos depois, em 1976, ocorreu em Recife/PE, o II Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais com o tema: “Assistente Social no Desenvolvimento Social”.

PAULA; L. G. A.

As entidades representativas enquanto estratégias político-organizativas dos assistentes sociais – um resgate histórico

Essas entidades foram fundamentais ao processo de amadurecimento e fortalecimento teórico-metodológico do Serviço Social, especialmente em sua aproximação com o campo marxista. Portanto, a constituição de uma vertente crítica em meio ao Processo de Renovação do Serviço Social brasileiro se deu através da influência desse debate latino-americano. Segundo Ramos (2007, p. 04), “(...) nesse contexto, o CELATS e a ALAETS tiveram um importante papel político-formativo no processo de contestação do aparato conservador da profissão em diversos países do continente”.

Percebemos com isso que o processo de organização política dos/as assistentes sociais latino-americanos possui significativa influência na constituição da experiência brasileira. A articulação política que se construiu em meio ao Movimento de Reconceituação incidu no Serviço Social brasileiro favorecendo a mobilização de setores de nossa categoria profissional empenhados em romper com a hegemonia conservadora que ocupava as direções da ABESS e do conjunto CFAS/CRAS.

Junto a esse contexto, outro processo de articulação política teve fundamental influência na organização dos/as assistentes sociais brasileiros: a mobilização sindical. E, de acordo com Ramos (2007) esses dois processos – a articulação política latino-americana e a organização sindical dos/as assistentes sociais no Brasil – possuem uma importante relação. Nas palavras da autora:

(...) o projeto fundador do CELATS/ALAETS contribuiu, de uma forma decisiva, com a trajetória de renovação do Serviço Social no Brasil, tendo este, dentre outras questões, beneficiando-se de: recursos financeiros e suporte profissional e político para criar uma base de organização sindical; da capacitação continuada de quadros profissionais e de pesquisas realizadas para reconstruir a história profissional no continente. Essas iniciativas do CELATS/ALAETS foram, portanto, fundamentais para a “virada política” contra o conservadorismo profissional, ocorrida no Serviço Social do país (RAMOS, 2007, p. 05).

Desse modo, no Brasil, os/as assistentes sociais influenciados/as pelo movimento de revitalização do sindicalismo brasileiro, que acontecia em outros setores de nossa sociedade, iniciaram, também, um processo de articulação sindical em diversos estados de nosso país. Esse processo de articulação deu-se através da reorganização e/ou reativação de antigas associações profissionais e sindicatos –

PAULA; L. G. A.

As entidades representativas enquanto estratégias político-organizativas dos assistentes sociais – um resgate histórico

como a APAS – “(...) com a conquista por profissionais progressistas para a direção das entidades antes sob o poder de grupos conservadores e reacionários, bem como a criação de novos sindicatos” (BRAVO, 2009, p. 686).

Portanto, os encontros nacionais de entidades sindicais do Serviço Social constituíram-se como espaços político-organizativos da categoria profissional, em especial dos/as assistentes sociais que desejavam romper com a direção conservadora que dava tom dos Congressos Brasileiros realizados na época. Os/as assistentes sociais, então, como parte da classe trabalhadora, reiniciam a sua organização sindical a partir de 1977 e realizam o I Encontro Nacional de Entidades Sindicais no ano seguinte, em 1978<sup>11</sup>.

A organização dos assistentes sociais em nível nacional inicia-se em 1978, com a realização do I Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, de 25 a 26 de agosto, em Belo Horizonte, e conta com a presença de quatro entidades, a saber: APAS – de São Paulo, Bahia e Goiás, e Sindicato dos Assistentes Sociais de Minas Gerais (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 119).

Ainda no mesmo ano, em 1978, nos dias 02, 03 e 04 de novembro, ocorreu o II Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais e esse evento contou com a participação de nove entidades<sup>12</sup>. No ano seguinte, no período de 21 a 23 de setembro aconteceu o III Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, em São Paulo/SP, no qual participaram dezenove entidades representando quinze estados brasileiros. Esse histórico nos revela o quanto foi rápido e dinâmico o processo de rearticulação e construção das entidades sindicais no Serviço Social – reflexo do cenário de efervescência política no campo do *novo sindicalismo*.

Esse terceiro encontro teve uma relevância ímpar no processo de organização ídeo-política dos/as assistentes sociais, pois nele foi criada a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais – CENEAS – “(...)

---

<sup>11</sup> “Esse I Encontro é realizado no momento em que surge o novo sindicalismo, fruto das mobilizações operárias no ABC paulista, por ocasião da luta pela reposição salarial em função da falsificação do índice do custo de vida pelo ministro Delfim Neto, em 34% (1977)” (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 119).

<sup>12</sup> “Cabe ressaltar que as entidades sindicais que participaram do I Encontro Nacional desempenharam um papel importante no processo de articulação nacional, bem como na implementação de novas entidades” (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 121).

PAULA; L. G. A.

As entidades representativas enquanto estratégias político-organizativas dos assistentes sociais – um resgate histórico

que encaminharia as decisões das entidades sindicais e incentivaria a criação de outras nos estados onde não existia” (BRAVO, 2009, p. 687).

Na análise de Abramides e Cabral (1995, p. 128),

A criação da Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS) no III Encontro foi uma resposta política ao estágio de organização da categoria em nível nacional na época. Não era mais possível dar continuidade aos encontros sem criar um mecanismo de articulação das entidades sindicais e pré-sindicais (associações profissionais), que encaminhasse e unificasse as lutas nacionais deliberadas no Encontro das Entidades.

A CENEAS existiu enquanto um mecanismo de articulação sindical nacional no Serviço Social, de setembro de 1979 até outubro de 1983, quando foi substituída pela Associação Nacional Pró-Federação dos Assistentes Sociais – ANAS. Nesse período, a CENEAS promoveu a realização do IV e do V Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, sendo o primeiro realizado em Goiás/GO, de 13 a 15 de fevereiro de 1981 e o segundo em Belo Horizonte/MG, de 04 a 06 de setembro de 1982. Esse último evento indicou a necessidade de criação de uma entidade sindical nacional, uma vez que a CENEAS já havia cumprido o seu papel articulador (ABRAMIDES; CABRAL, 1995).

Com essa indicação, foi realizada a I Assembleia Nacional Sindical dos/as Assistentes Sociais em Salvador/BA, no período de 27 a 29 de outubro de 1983, “(...) com a presença de aproximadamente 400 delegados eleitos em assembleias estaduais, convocadas pelas entidades sindicais, num total de 27” (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 133). Portanto, nas palavras de Abramides e Cabral (1995, p. 133), “a I ANAS é, efetivamente, o primeiro fórum sindical nacional da categoria, em que os delegados representam as bases da categoria de suas entidades estaduais ou regionais por meio das posições nelas aprovadas”.

Nessa assembleia foi constituída a Associação Nacional Pró-Federação dos Assistentes Sociais – ANAS – e foi aprovado um plano de lutas para a categoria profissional que indicava a filiação da ANAS à CUT.

Na Assembleia Nacional Sindical dos/as Assistentes Sociais, realizada em Diadema/SP, no ano de 1985, 86% dos/as assistentes sociais presentes no plenário – composto por 450 delegados representantes das 28 entidades filiadas –

PAULA; L. G. A.

As entidades representativas enquanto estratégias político-organizativas dos assistentes sociais – um resgate histórico

aprovaram a filiação da ANAS à CUT, “(...) sendo incorporada à pauta de reivindicação da ANAS as bandeiras de luta da CUT, no nível geral da sociedade” (BRAVO, 2009, p. 691).

Foi em meio a esse contexto de intensa mobilização sindical, que no ano de 1979, aconteceu o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em São Paulo, tendo como temática central: “Serviço Social e Política Social”. O evento foi organizado pelo CFAS e CRAS/São Paulo – entidades que na época possuíam uma direção conservadora, aliada aos interesses das elites dominantes em nosso país. Por isso, algumas questões referentes à programação do evento e à sua própria organização foram questionadas pelos/as assistentes sociais vinculados às entidades sindicais da categoria – que possuíam uma outra direção, progressista.

Nesse clima de questionamento, a CENEAS convocou os/as assistentes sociais e estudantes presentes no evento para uma assembleia que aconteceu na manhã do segundo dia do congresso. A assembleia contou com a participação massiva dos presentes no evento e aprovou alterações significativas na condução do congresso. Entre elas destacamos:

Mudança dos homenageados – que passou a ser “todos os trabalhadores que lutaram e morreram pelas liberdades democráticas”; alterações na programação tanto no conteúdo a ser abordado, como dos componentes das mesas e painéis. As políticas setoriais deveriam ser analisadas na visão de totalidade, enfocando a política social no capitalismo e, em todas as mesas e painéis, seriam incluídos participantes de movimentos de base, lideranças sindicais, movimentos sociais, entre eles: feminista, contra a carestia, anistia. Outra modificação na programação foi a inclusão da discussão sobre as condições de trabalho e salário dos assistentes sociais, por ser o profissional um trabalhador assalariado; inclusão de uma mesa final de encerramento com a participação de lideranças sindicais e movimentos sociais (...) (BRAVO, 2009, p. 689).

Com isso, percebemos que o movimento de alteração do curso do congresso foi fruto da mobilização e da articulação dos/as assistentes sociais vinculados à CENEAS em parceria com docentes inseridos na ABESS e com estudantes.

O IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais foi realizado no Rio de Janeiro/RJ, em 1982, e foi organizado pela CENEAS, conforme as deliberações do III CBAS, tendo em sua programação uma ênfase no conteúdo sindical (BRAVO,

As entidades representativas enquanto estratégias político-organizativas dos assistentes sociais – um resgate histórico

2009). Esse congresso decidiu também que os próximos CBAS seriam organizados em conjunto com as demais entidades da categoria profissional: ABESS e CFAS.

Acompanhando esse movimento provocado pelas entidades sindicais, o conselho federal e os regionais – conjunto CFAS/CRAS – também iniciam um processo de abertura e democratização, pois, vários/as assistentes sociais articulados/as às entidades sindicais começaram a disputar as direções dos conselhos, sendo eleitos/as pela categoria profissional. Temos, assim, ao longo da década de 1980 uma alteração na condução política do conjunto CFAS/CRAS.

Ocorreu, portanto, na década de 1980 uma articulação entre todas as entidades representativas da categoria profissional dos/as assistentes sociais – ABESS, ANAS e CFAS/CRAS – na direção da construção de um projeto profissional pautado em bases crítico-progressistas. Essa articulação também ocorreu em âmbito latino-americano através da relação construída com a ALAETS/CELATS.

Partindo da conquista que representou a elaboração do Código de Ética de 1986 – apesar dos seus equívocos<sup>13</sup> – a gestão do CFAS de 1990 a 1993, colocou em debate a “ética profissional”, realizando diversos encontros<sup>14</sup> que contaram com a participação dos CRAS, da ANAS, da ABESS e da SESSUNE – Subsecretaria de Serviço Social da UNE. Como resultado desse processo, tivemos a aprovação do novo Código de Ética, no ano de 1993. Segundo Bravo (2009, p. 696), “o novo código não abre mão dos princípios e objetivos constantes do código de 1986, mas avança nos fundamentos teórico-metodológicos e éticos, bem como na sua operacionalização no cotidiano profissional”.

O conjunto CFAS/CRAS teve também uma importante participação no processo de elaboração e aprovação da nova Lei de Regulamentação da Profissão,

---

<sup>13</sup> Apesar do grande avanço representado pelo Código de Ética de 1986, “é necessário reafirmar que neste momento não havia ainda na profissão um acúmulo teórico-filosófico que pudesse adensar e explicitar as bases ontológicas necessárias à sua formulação” (ABRAMIDES, 2006, p. 175). Por isso, o Código de 1986 apresenta resquícios de uma visão estática e unilateral ao explicitar a vinculação da categoria profissional com uma determinada classe social – a classe trabalhadora.

<sup>14</sup> “O I Seminário Nacional de Ética ocorreu em agosto de 1991 e teve sequência no 7º CBAS, em maio de 1992; no II Seminário de Ética, em novembro de 1992; em diversos encontros estaduais culminando com a aprovação do novo Código de Ética no XXI Encontro Nacional CFESS;CRESS em fevereiro de 1993” (BRAVO, 2009, p. 696).



PAULA; L. G. A.

As entidades representativas enquanto estratégias político-organizativas dos assistentes sociais – um resgate histórico

nº 8.662, de 07 de junho de 1993. Essa nova legislação passou a assegurar formas mais concretas de intervenção e fiscalização profissional, junto a uma perspectiva pedagógica de orientação da categoria profissional, “(...) pois foram definidas com maior precisão as competências e atribuições privativas do assistente social” (BRAVO, 2009, p. 696). A partir dessa lei, o conjunto CFAS/CRAS passou a denominar-se conjunto CFESS/CRESS, composto pelo Conselho Federal de Serviço Social e pelos Conselhos Regionais de Serviço Social.

O conjunto CFESS/CRESS, em parceria com a ABEPSS e com a ENESSO, tem construído Planos de Lutas, desenvolvido campanhas, elaborado documentos, resoluções, entre outros instrumentos na defesa de um projeto ético-político ancorado em princípios marxistas. “Cabe registro também da luta dos conselhos pela ampliação da visibilidade da profissão e defesa de sua imagem, por meio de peças de comunicação, bem como pela ampliação dos espaços públicos e seu acompanhamento” (VINAGRE, 2009, p. 725).

## A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS POLÍTICO-ORGANIZATIVAS NA ESFERA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL – A TRAJETÓRIA DA ENESSO

Nesse momento, destacamos que para todo esse processo de organização ídeo-política da categoria profissional dos/as assistentes sociais a atuação militante dos estudantes de Serviço Social foi fundamental. o Movimento Estudantil de Serviço Social – MESS – assumiu nova configuração no pós-64, a partir da reestruturação da militância nos centros universitários e da experiência de outros movimentos sociais<sup>15</sup>.

Chegando ao fim os duros anos da ditadura militar, os/as estudantes de Serviço Social começaram a reorganizar as suas entidades locais, denominadas

---

<sup>15</sup> “O Movimento Estudantil, assim como os demais movimentos sociais, possui um caráter histórico, ou seja, seu papel ao longo da história se altera de acordo com a conjuntura político-social vivenciada pelos estudantes, suas ideologias e concepções políticas e alianças estabelecidas com outros movimentos sociais, com partidos políticos, movimentos sindicais. Por isso não se pode atribuir ao Movimento Estudantil um caráter imutável, sustentado em objetivos permanentes. Então, para se compreender a sua ação política é necessário analisar como se deu a organização do movimento em cada conjuntura histórica diferenciada” (PAULA, 2003, p. 50).

PAULA; L. G. A.

As entidades representativas enquanto estratégias político-organizativas dos assistentes sociais – um resgate histórico

Centros Acadêmicos ou Diretórios Acadêmicos – CA's e DA's<sup>16</sup>. E no ano de 1978 aconteceu o I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESS –, que passou a ser realizado anualmente como instância máxima de discussão e deliberação dos/as alunos/as da área (PAULA, 2003).

Em 1979, ano em que acontece o III CBAS, o “Congresso da Virada”, ocorreu também o Congresso de Reconstrução da UNE<sup>17</sup>. A ocorrência de eventos tão significativos no mesmo ano não é uma simples coincidência, ela nos revela que eles foram expressão de um mesmo movimento histórico – a mobilização política que sacudia não só o Brasil, mas a conjuntura mundial.

Entretanto, no MESS o debate em torno da criação de uma entidade nacional que proporcionasse ao movimento estudantil uma maior organização e uma intervenção política mais qualificada foi polêmico entre os/as estudantes de Serviço Social e, somente dez anos depois do I ENESS, foi criada a Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da UNE – a SESSUNE.

Alguns estudantes se posicionaram contra alegando que ocorreria uma burocratização do MESS por causa da sua vinculação com a UNE. Devido a essas polêmicas a executiva de Serviço Social só nasceu dez anos depois, no X ENESS, em 1988 – no Rio de Janeiro –, com a criação da Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da UNE (PAULA, 2003, p. 59).

“A SESSUNE passou a exigir do MESS uma organização mais sistemática e sua criação indicava claramente um salto qualitativo na articulação das entidades de base do MESS” (PAULA, 2003, p. 59). Esse fator, somado às discordâncias cada vez mais explícitas entre os/as estudantes de Serviço Social e os/as militantes da UNE, fizeram com que na plenária final do XV ENESS, realizado em 1993, no município de São Leopoldo, os/as participantes aprovassem a mudança do nome da

---

<sup>16</sup> “Antes de mais nada, é necessário deixar claro: o movimento estudantil em Serviço Social não começa no final dos anos 1970, quando de sua rearticulação. A militância político-estudantil na profissão remonta ao período imediatamente anterior à ditadura burguesa, assinalando, como de resto no conjunto do movimento estudantil, e sob a direção da UNE (União Nacional de Estudantes), que o associativismo político-cívico que peculiariza o Serviço Social se coadunou com o ingresso dos estudantes (como um todo) nos grandes temas da agenda nacional” (BRAZ, 2009, p. 712).

<sup>17</sup> “A partir de 1972 aconteceram alguns encontros de estudantes por área - Engenharia, Medicina. Em 1976 surgiu o Trabalho Conjunto de Salvador, uma organização que envolvia sindicatos, artistas, jornalistas, estudantes, que lutava por melhorias de vida, pela democracia e que trabalhou muito na realização do Congresso de Reconstrução da UNE, na Bahia em 1979” (PAULA, 2003, p. 54).

PAULA; L. G. A.

As entidades representativas enquanto estratégias político-organizativas dos assistentes sociais – um resgate histórico

entidade que deixou de ser SESSUNE para se chamar ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social. Essa alteração refletia uma tendência da época em que se constituíram as executivas de curso<sup>18</sup> dentro do Movimento Estudantil, questionando a UNE sobre sua pouca – ou nenhuma – articulação com os movimentos de área.

No decorrer dos anos de 1990, “o MESS articulou-se com sindicatos filiados à CUT, com partidos políticos de esquerda como PT, PCdoB e PSTU<sup>19</sup>. Junto a estes parceiros o MESS participou de mobilizações, passeatas, greves, eventos e debates” (PAULA, 2003, p. 61). E, observando sua trajetória de lutas podemos destacar como suas principais finalidades:

(...) articular os estudantes de Serviço Social, viabilizando canais para maior conscientização destes junto aos movimentos populares; fomentar e potencializar a formação política dos estudantes de Serviço Social, bem como de suas entidades de base; coordenar e organizar os encontros estudantis, buscando a articulação com as demais entidades da categoria; garantir o contato dos estudantes de Serviço Social com a categoria dos assistentes sociais, suas entidades nacionais e outras executivas de curso (PAULA, 2003, p. 62 e 63).

A ENESSO se estrutura a partir de uma coordenação nacional e coordenadores regionais eleitos por suas regiões – todos eleitos no ENESS. Essa entidade tem sido fundamental no processo de articulação das entidades representativas de nossa categoria profissional com as entidades estudantis do Serviço Social brasileiro. Segundo Braz (2009, p. 717 e 718),

O movimento estudantil em Serviço Social foi parte ativa da renovação profissional que culminou no chamado projeto ético-político, despontando em seus momentos decisivos como na construção do Currículo Mínimo da ABESS em 1982, no Código

---

<sup>18</sup> Na década de 1990 estruturaram-se várias executivas de curso tentando “construir uma nova concepção de democracia nas entidades estudantis, através de uma perspectiva interdisciplinar. Em 1992 foi criado um espaço chamado ‘Fórum de Executivas’, um espaço de elaboração de propostas conjuntas e de troca de experiências entre as executivas, sem sede ou diretoria fixa” (PAULA, 2003, p. 57).

<sup>19</sup> “(...) na UNE, desde o Congresso da Reconstrução, a hegemonia esteve com o PCdoB (Partido Comunista do Brasil), desde o ano daquele congresso (1979) até os dias atuais (com exceção de um breve período entre 1987 e 1990). Por outro lado, no movimento estudantil em Serviço Social, a hegemonia foi toda do PT (Partido dos Trabalhadores), registrando-se uma participação absolutamente residual do PCdoB. Esse fator, especialmente, tem uma forte incidência para a aproximação dos estudantes com as vanguardas profissionais que viraram a mesa do III CBAS, uma vez que elas eram parte expressiva do novo sindicalismo que desembocou na CUT (Central Única dos Trabalhadores) em 1983” (BRAZ, 2009, p. 715).

PAULA; L. G. A.

As entidades representativas enquanto estratégias político-organizativas dos assistentes sociais – um resgate histórico

de Ética de 1986 e, mais ainda, na reformulação do Código em 1993, nas lutas pela LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), pela nova regulamentação da profissão em 1993, entre outros avanços e conquistas.

A organização ídeo-política dos/as estudantes de Serviço Social faz parte da histórica trajetória de lutas que nossa categoria profissional vem construindo ao longo dos anos. O Serviço Social é, hoje, uma profissão que possui mais de 80 anos de existência e contém o maior colégio de assistentes sociais da América Latina (BOSCHETTI, 2009, p. 741). Suas principais entidades representativas – ABEPSS, CFESS/CRESS – em articulação com a ENESSO possibilitaram a essa profissão diversos saltos qualitativos em sua trajetória.

Segundo Boschetti (2009, p. 742),

Podemos afirmar, sem medo de errar, que somos a única profissão que tem um coletivo institucional que articula entidades da formação (ABEPSS e ENESSO) e do exercício profissional (conjunto CFESS/CRESS), o que nos possibilitou construir um projeto ético-político e profissional com princípios e diretrizes consoantes nas diretrizes curriculares, na lei de regulamentação profissional e no Código de Ética Profissional.

Verificamos, portanto, que essas três entidades atuam em parceria na defesa do projeto ético-político construído nos marcos da intenção de ruptura com o conservadorismo na profissão. Para garantir sua hegemonia, bem como para defender seus princípios e buscar concretizar os seus objetivos, a constituição e a ocupação de espaços organizativos de representação da categoria são estratégias fundamentais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem, atualmente, vários projetos profissionais em disputa no campo do Serviço Social e por isso, os espaços dessas entidades representativas são estrategicamente disputados e ocupados. Eles representam lugar de defesa e disseminação de valores, princípios e diretrizes, não apenas para a categoria profissional, mas para o conjunto da sociedade.

As entidades representativas enquanto estratégias político-organizativas dos assistentes sociais – um resgate histórico

Desse modo, o Serviço Social encontra-se, atualmente, “(...) marcado pela ‘agudização da luta ideo-política’ entre diferentes projetos profissionais e ‘dirigida pelas demandas profissionais imediatas’ pressionadas pelas demandas do mercado de trabalho” (MENDES *et al*, 2013, p. 10).

O conjunto CFESS/CRESS, hoje, não é um bloco homogêneo que defende integralmente o mesmo projeto de profissão. Pelo fato de suas diretorias serem eleitas pelos/as próprios/as assistentes sociais, a escolha democrática de seus representantes abre para a categoria profissional a possibilidade de ver o confronto de diferentes concepções de Serviço Social e escolher entre elas. Desse modo, temos, atualmente, uma direção hegemônica no conjunto CFESS/CRESS que defende o projeto ético-político inspirado na tradição marxista. Mas temos, também, alguns CRESS cuja direção ideo-política aponta para outros projetos profissionais, sejam oposto a esse ou perpassados por matizes diferentes. Assim, cada vez mais, temos assistido a processos eleitorais constituídos por intensas disputas ideo-políticas entre projetos profissionais divergentes.

Com isso, estamos sinalizando que a ocupação de espaços sócio-políticos institucionais constituem-se, também, em uma relevante estratégia político-organizativa dos/as assistentes sociais. Esses espaços podem permitir a construção de outras estratégias político-pedagógicas que irão incidir diretamente na atuação dessa categoria profissional. Além disso, essas estratégias político-organizativas requerem, também, a construção de táticas político-organizativas.

Entre as principais táticas político-organizativas necessárias para uma melhor mobilização de nossa categoria profissional, podemos destacar: a constante atualização da análise de conjuntura; a identificação de parcerias; a realização de alianças; o estabelecimento de uma rede de informações; a elaboração de propostas, diretrizes ou políticas que norteiem as ações a serem realizadas/desenvolvidas pelos/as assistentes sociais; assim como: o investimento em processos de capacitação/qualificação de agentes profissionais; o fortalecimento de uma base de legitimação; entre várias outras.

Desse modo, as estratégias e táticas político-organizativas são, também, fundamentais no processo de defesa de projetos e objetivos profissionais

PAULA; L. G. A.

As entidades representativas enquanto estratégias político-organizativas dos assistentes sociais – um resgate histórico

construídos por diferentes setores de nossa categoria profissional. Ocupar os espaços das entidades representativas de nossa profissão, representa a luta, a defesa e o compromisso com o Serviço Social que desejamos construir.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. S. R. **O Novo Sindicalismo e o Serviço Social - trajetória e processos de luta de uma categoria: 1978 – 1988**. São Paulo: Cortez, 1995.

ABRAMIDES, M. B. C. **O projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro**. Tese de Doutorado em Serviço Social – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

BOSCHETTI, I. **Começaria tudo outra vez se preciso fosse**. In: *Serviço Social e Sociedade*, nº 100. São Paulo: Cortez, 2009.

BRAVO, M. I. S. **O significado político e profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social brasileiro**. In: *Serviço Social e Sociedade*, nº 100. São Paulo: Cortez, 2009.

*Serviço Social e Sociedade*, n. 78, ano XXV. São Paulo: Cortez, 2004.

BRAZ, M. **O III CBAS de 1979: a virada e o seu legado às novas gerações**. In: *Serviço Social e Sociedade*, nº 100. São Paulo: Cortez, 2009.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CFESS. **O CFESS**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/> local/ofc. Acesso em: 02/12/2013.

**Seminário Nacional – 30 Anos do Congresso da Virada**. Brasília: CFESS, 2012.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 15.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MENDES, J. M. R.; MIOTO, R. C. T.; NOGUEIRA, V. M. R. **A importância ético-política do fortalecimento das Associações Organizativas da Categoria Profissional em cenários contemporâneos**. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-018-072.pdf>. Acesso em: 02/12/2013.

NETTO, J. P. **O Movimento de Reconceituação – 40 anos depois**. In: *Serviço Social e Sociedade*, n. 84, ano XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

PAULA; L. G. A.

As entidades representativas enquanto estratégias político-organizativas dos assistentes sociais – um resgate histórico

OLIVEIRA, C. A. H. S. **Formação Profissional em Serviço Social: “velhos” e novos tempos... constantes desafios.** Disponível em: *ucbweb2.castelobranco.br/.../Formacao\_profissional\_em\_Servico\_Social*. Acesso em: 28/11/2011.

PAULA, L. G. P. de. **“Se muito vale o já feito, mais vale o que será...” – Movimento Estudantil de Serviço Social: caminhos históricos e contribuições na formação profissional.** Monografia de Graduação – Faculdade de Serviço Social – UFJF, 2003.

RAMOS, S. R. **A organização política dos (as) assistentes sociais na América Latina e os rebatimento para a experiência brasileira.** São Luís: agosto de 2007.

**O protagonismo da ABEPSS no passado e no presente: 30 anos de luta.** Disponível em: <http://abepss.hospedagemdesites.ws/wp-content/uploads/2012/07/O-protagonismo-da-ABEPSS-no-passado-e-no-presente.pdf>. Acesso em: 30/11/2012.

SANTOS, C. **As Diretrizes Curriculares da ABEPSS: desafios atuais da supervisão para a concretização do perfil profissional.** Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=47808>. Acesso em: 28/11/2013.

SILVA, M. I. da. **A organização política do Serviço Social no Brasil: de “Vargas” a “Lula”.** Disponível em: *periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/download/113/143*. Acesso em: 28/11/2013.

VINAGRE, M. **A “virada” na ética e nos conselhos de fiscalização profissional.** In: *Serviço Social e Sociedade*, nº 100. São Paulo: Cortez, 2009.